

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ANVISA/ SUVISA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 207/2018	3 DE JANEIRO DE 2018	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EXERCIDAS PELA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, RELATIVAS À AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, LICENCIAMENTO, REGISTRO, CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS, FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO E NORMATIZAÇÃO, NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SNVS
RDC Nº 215/2018	8 DE FEVEREIRO DE 2018	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA VACATIO LEGIS DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC 207, DE 3 DE JANEIRO DE 2018.
LEI Nº 16.140/2007	02 DE OUTUBRO DE 2007.	DISPÕE SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE, A ORGANIZAÇÃO REGULAMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
LEI FEDERAL Nº 6.839/1980	30 DE OUTUBRO DE 1980	DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE EMPRESAS NAS ENTIDADES FISCALIZADORAS DO EXERCÍCIO DE PROFISSÕES.

TRATAMENTO DE EFLUENTES		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RESOLUÇÃO Nº 357/2005	17 DE MARÇO DE 2005	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS CORPOS DE ÁGUA E DIRETRIZES PARA O SEU ENQUADRAMENTO BEM COMO ESTABELECE AS CONDIÇÕES E PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RESOLUÇÃO Nº 430/2011	13 DE MAIO DE 2011	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E PADRÕES DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES, COMPLEMENTA E ALTERA A RESOLUÇÃO N.357 DE MARÇO DE 2005, DO CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - CONAMA.
LEI Nº 8.544/1978	17 DE OUTUBRO DE 1978.	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

SEGURANÇA DO TRABALHADOR		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
NR 31	04 DE MARÇO DE 2005	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA
NR 24	08 DE JUNHO DE 1978	CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO
NR 32	16 DE NOVEMBRO DE 2005	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

RESÍDUOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RESOLUÇÃO Nº 358	29 DE ABRIL DE 2005	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO E A DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 222/2018	28 DE MARÇO DE 2018.	REGIULAMENTA AS BOAS PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

SANITIZAÇÃO		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
LEI ESTADUAL Nº 15.389/2005	22 DE SETEMBRO DE 2005	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO DE SANITIZAÇÃO NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA.

ACESSIBILIDADE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
LEI Nº 13.146/2015	06 DE JULHO DE 2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)
NBR 9050/2015	11 DE OUTUBRO DE 2015	ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS
LEI Nº 10.098/2000	19 DE DEZEMBRO DE 2000	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 13.835/2019	4 DE JUNHO DE 2019	ALTERA A LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, PARA ASSEGURAR ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL O DIREITO DE RECEBER CARTÕES DE CRÉDITO E DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS COM AS INFORMAÇÕES VERTIDAS EM CARACTERES DE IDENTIFICAÇÃO TÁTIL EM BRAILLE.

PRODUTOS		
DROGARIAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 44/2009	17 DE AGOSTO DE 2009	DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS FARMACEUTICAS PARA O CONTROLE SANITÁRIO DO FUNCIONAMENTO, DA DISPENSAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 41/2012	26 DE JULHO DE 2012	ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS FARMACEUTICAS PARA O CONTROLE SANITÁRIO DO FUNCIONAMENTO, DA DISPENSAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 10, DE 17 DE AGOSTO DE 2009.

FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO E HOSPITALAR		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 67/2007	8 DE OUTUBRO DE 2007	DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE PREPARAÇÕES MAGISTRAIS E OFICINAIS PARA USO HUMANO EM FARMÁCIAS.
RDC Nº 87/2008	21 DE NOVEMBRO DE 2008	ALTERA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO EM FARMÁCIAS.
RDC Nº 21/2009	20 DE MAIO DE 2009	ALTERA O ITEM 2.7, DO ANEXO III, DA RESOLUÇÃO RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

DISTRIBUIDORES DE MEDICAMENTOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 802/1988	08 DE OUTUBRO DE 1998	CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE GARANTIR MAIOR CONTROLE SANITÁRIO NA PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, TRANSPORTE E ARMAZENAGEM DOS PRODUTOS FARMACÊUTICOS.

INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 301/2019	21 DE AGOSTO DE 2019	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS.

FRACIONADORAS DE INSUMOS FARMACÊUTICOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 204/2006	14 DE NOVEMBRO DE 2006	RESOLUÇÃO SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E FRACIONAMENTO DE INSUMOS

INDÚSTRIAS DE INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 69/2014	08 DE DEZEMBRO DE 2014	DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS.

INDÚSTRIAS DE INSUMOS FARMACÊUTICOS EXCIPIENTES		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 34/2015	7 DE AGOSTO DE 2015	DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE EXCIPIENTES FARMACÊUTICOS.

INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 275/2002	21 DE OUTUBRO DE 2002	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS APLICADOS AOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES/INDUSTRIALIZADORES DE ALIMENTOS E A LISTA DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRODUTORES/ INDUSTRIALIZADORES DE ALIMENTOS.

INDÚSTRIAS DE GELADOS COMESTÍVEIS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 267/2003	25 DE SETEMBRO DE 2003	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS INDUSTRIALIZADORES DE GELADOS COMESTÍVEIS E A LISTA DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS INDUSTRIALIZADORES DE GELADOS COMESTÍVEIS.



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

COZINHAS INDUSTRIAIS E DEMAIS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 216/2004	15 DE SETEMBRO DE 2004	DISPÕE SOBRE REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO.

ENVASADORAS DE ÁGUA MINERAL		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 173/2006	13 DE SETEMBRO DE 2006	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL E DE ÁGUA NATURAL E A LISTA DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS PARA INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL E DE ÁGUA NATURAL.

INDÚSTRIAS DE COSMÉTICOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 48/2013	25 DE OUTUBRO DE 2013	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERFUMES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INDÚSTRIAS DE SANEANTES		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 47/2013	25 DE OUTUBRO DE 2013	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA PRODUTOS SANEANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGROTÓXICOS E AFINS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
NBR 9843:2004	31/08/2004	AGROTÓXICOS E AFINS: ARMAZENAMENTO, MOVIMENTAÇÃO E GERENCIAMENTO EM ARMAZÉNS, DEPÓSITOS E LABORATÓRIOS
LEI Nº 19.423/ 2016	26 DE JULHO DE 2016	DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, O ARMAZENAMENTO, O COMÉRCIO, O TRANSPORTE INTERNO, A UTILIZAÇÃO, O DESTINO FINAL DE RESÍDUOS E EMBALAGENS, A INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, NO ESTADO DE GOIÁS. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 9.286/2018	03 DE AGOSTO DE 2018	REGULAMENTA A LEI Nº 19.423, DE 26 DE JULHO DE 2016, QUE DISPOE SOBRE A PRODUÇÃO, O ARMAZENAMENTO, O COMERCIO, O TRANSPORTE INTERNO, A UTILIZAÇÃO, O DESTINO FINAL DE RESÍDUOS E EMBALAGENS, A INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, NO ESTADO DE GOIÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

INDÚSTRIAS DE PRODUTOS PARA SAÚDE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 16/2013	28 DE MARÇO DE 2013	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICO DE USO IN VITRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE		
ESTRUTURA FÍSICA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 50/2002	02 DE FEVEREIRO DE 2002	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS FÍSICOS DE ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE.
RDC Nº 51/2011	06 DE OUTUBRO DE 2011.	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A ANÁLISE, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS FÍSICOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (SNVS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 307/2002	14 DE NOVEMBRO DE 2002.	ALTERA A RESOLUÇÃO - RDC Nº 20 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS FÍSICOS DE ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE.

CLÍNICAS/ CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
MANUAL DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS - ANVISA	2006	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS: PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS

PREPARAÇÃO ALCÓOLICA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 42/2010	25 DE OUTUBRO DE 2010.	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PREPARAÇÃO ALCÓOLICA PARA FRICÇÃO ANTISSÉPTICA DAS MÃOS, PELOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO PAÍS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BOAS PRÁTICAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 63/2011	25 DE NOVEMBRO DE 2011.	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE.
RDC Nº 173/2017	15 DE SETEMBRO DE 2017.	PROÍBE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL A FABRICAÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ASSIM COMO O USO EM SERVIÇOS DE SAÚDE, DO MERCÚRIO E DO PÓ PARA LIGA DE AMÁLGAMA NÃO ENCAPSULADO INDICADOS PARA USO EM ODONTOLOGIA.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 222/2018	28 DE MARÇO DE 2018.	REGIULAMENTA AS BOAS PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROCESSAMENTO DE ROUPAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 06/2012	30 DE JANEIRO DE 2012.	DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA AS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAUDE/ CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 482/1999	16 DE ABRIL DE 199	ESTERILIZAÇÃO POR OXIDO DE ETILENO E REPROCESSAMENTO
RDC Nº 15/2012	15 DE MARÇO DE 2012.	DISPÕE SOBRE REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS PARA O PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 156/2006	11 DE AGOSTO DE 2006	DISPOE SOBRE O REGISTRO, ROTULAGEM E REPROCESSAMENTO DE PRODUTOS MEDICOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS
RE Nº 2606/2006	11 DE AGOSTO DE 2006	DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, VALIDAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS DE REPROCESSAMENTO DE PRODUTOS MEDICOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS
RE Nº 2605/2006	11 DE AGOSTO DE 2006	ESTABELECE A LISTA DE PRODUTOS MEDICOS ENQUADRADOS COMO DE USO ÚNICO PROIBIDOS DE SER REPROCESSADOS, QUE CONSTAM NO ANEXO DESTA RESOLUCAO

CLIMATIZAÇÃO/ PMOC		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº. 3523/1998	28 DE AGOSTO DE 1998	REGULAMENTAÇÃO DO PMOC
LEI Nº. 13589/2018	04 DE JANEIRO DE 2018	DISPOE SOBRE A MANUTENCAO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES.
RE Nº. 09/2003	20 DE JANEIRO DE 2003	ORIENTAÇÃO TÉCNICA REFERENTE A QUALIDADE DO AR INTERIOR, EM AMBIENTES CLIMATIZADOS ARTIFICIALMENTE DE USO PÚBLICO E COLETIVO

SAÚDE DO TRABALHADOR		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
NR 32		SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

IMUNIZAÇÃO		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 197/2017	26 DE DEZEMBRO DE 2017	DISPOE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE VACINAÇÃO HUMANA.
PORTARIA NORMATIVA CONJUNTA - PRTC Nº 950/2018	28 DE FEVEREIRO DE 2018	REVOGA A PORTARIA CONJUNTA Nº 01, DE 02 DE AGOSTO DE 2000.

BANCOS DE LEITE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 171/2006	04 DE SETEMBRO DE 2006	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O FUNCIONAMENTO DE BANCOS DE LEITE HUMANO.

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
LEI FEDERAL Nº 9431/1997	1997	DISPOE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE CONTROLE DE INFECÇÕES HOSPITALARES PELOS HOSPITAIS DO PAÍS.
RDC Nº 48/2000	2000	ESTABELECE A SISTEMÁTICA PARA A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR.
PORTARIA Nº. 2616/1998	12 DE MAIO DE 1998	PROGRAMA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

SEGURANÇA DO PACIENTE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 529/2013	1º DE ABRIL DE 2013	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (PNSP).
RDC Nº 36/2013	25 DE JULHO DE 2013	INSTITUI AÇÕES PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE SAÚDE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 08/2009	27 DE FEVEREIRO DE 2009	DISPOE SOBRE AS MEDIDAS PARA REDUÇÃO DA OCORRÊNCIA DE INFECÇÕES POR MICROBACTÉRIAS DE CRESCIMENTO RÁPIDO - MCR EM SERVIÇOS DE SAÚDE.
RDC Nº 53/2013	14 DE NOVEMBRO DE 2013	ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013 QUE INSTITUI AÇÕES PARA A SEGURANÇA DO PACIENTE EM SERVIÇOS DE SAÚDE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PORTARIA Nº 2095/2013	24 DE SETEMBRO DE 2013	APROVA OS PROTOCOLOS BÁSICOS DE SEGURANÇA DO PACIENTE.
PORTARIA Nº 1377/2013	9 DE JULHO DE 2013	APROVA OS PROTOCOLOS DE SEGURANÇA DO PACIENTE.
PORTARIA Nº. 2616/1998	12 DE MAIO DE 1998	PROGRAMA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

SERVIÇO DE ENDOSCOPIA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 06/2013	10 DE MARÇO DE 2013	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE ENDOSCOPIA COM VIA DE ACESSO AO ORGANISMO POR ORIFÍCIOS EXCLUSIVAMENTE NATURAIS.

GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 02/2010	25 DE JANEIRO DE 2010	DISPÕE SOBRE O GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.
RDC Nº 40/2010	1 DE SETEMBRO DE 2010	DISPÕE SOBRE O GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.
RDC Nº 20/2012	26 DE MARÇO DE 2012	ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 02, DE 25 DE JANEIRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O GERENCIAMENTO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.

MEDICAMENTOS/ FARMÁCIAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 44/2009	17 DE AGOSTO DE 2009	DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS FARMACEUTICAS PARA O CONTROLE SANITÁRIO DO FUNCIONAMENTO, DA DISPENSAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 41/2012	26 DE JULHO DE 2012	ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS FARMACEUTICAS PARA O CONTROLE SANITÁRIO DO FUNCIONAMENTO, DA DISPENSAÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS EM FARMÁCIAS E DROGARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 10, DE 17 DE AGOSTO DE 2009.
RDC Nº 60/2009	26 DE NOVEMBRO DE 2009	DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, DISPENSAÇÃO E CONTROLE DE AMOSTRAS GRATIS DE MEDICAMENTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 67/2007	8 DE OUTUBRO DE 2007	DISPÕE SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE PREPARAÇÕES MAGISTRAIS E OFICINAIS PARA USO HUMANO EM FARMÁCIAS.
RDC Nº 87/2008	21 DE NOVEMBRO DE 2008	ALTERA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO EM FARMÁCIAS.
RDC Nº 90/2008	27 DE NOVEMBRO DE 2008.	FIXA PRAZO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME EM SISTEMA DE INFUSÃO ABERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 45/2003	12 DE MARÇO DE 2003	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARENTERAIS (SP) EM SERVIÇOS DE SAÚDE.
RDC Nº 21/2009	20 DE MAIO DE 2009	ALTERA O ITEM 2.7, DO ANEXO III, DA RESOLUÇÃO RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

SERVIÇO DE ATENÇÃO OBSTETRICIA E NEONATAL		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 36/2008	3 DE JUNHO DE 2008	DISPÕE SOBRE REGULAMENTO TÉCNICO PARA FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL.

UPA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 1601/2011	07 DE JULHO DE 2011	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DO COMPONENTE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24h) E O CONJUNTO DE SERVIÇOS DE URGENCIA 24 HORAS DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGENCIAS, EM CONFORMIDADE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO AS URGENCIAS.
PORTARIA Nº 10/2017	03 DE JANEIRO DE 2017	REDEFINE AS DIRETRIZES DE MODELO ASSISTENCIAL E FINANCIAMENTO DE UPA 24H DE PRONTO ATENDIMENTO COMO COMPONENTE DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGENCIAS, NO AMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

NUTRIÇÃO E DIETÉTICA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 216/2004	15 DE SETEMBRO DE 2004.	DISPÕE SOBRE REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO.
RDC Nº 52/2014	29 DE SETEMBRO DE 2014.	ALTERA A RESOLUÇÃO RDC Nº 216 DE 15 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS PARA OS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO.
RDC Nº 45/2003	12 DE MARÇO DE 2003	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARENTERAIS (SP) EM SERVIÇOS DE SAÚDE.
RDC Nº 14/2008	12 DE MARÇO DE 2008	ALTERA AS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA RDC Nº 45 DE 12 DE MARÇO DE 2003 QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARENTERAIS (SP) EM SERVIÇOS DE SAÚDE.
RDC Nº 90/2008	27 DE NOVEMBRO DE 2008.	FIXA PRAZO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME EM SISTEMA DE INFUSÃO ABERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA - UTI		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 07/2010	24 DE FEVEREIRO DE 2010	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 26/2012	11 DE MAIO DE 2012	ALTERA A RESOLUÇÃO RDC nº. 07, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 137/2017	8 DE FEVEREIRO DE 2017	ALTERA A RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

LABORATORIOS CLINICOS E ANALITICOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 302/2005	13 DE OUTUBRO DE 2005	DISPOE SOBRE REGULAMENTO TECNICO PARA FUNCIONAMENTO DE LABORATORIOS CLINICOS.
RDC Nº 55/2015	11 DE DEZEMBRO DE 2015	DISPOE SOBRE AS BOAS PRATICAS EM TECIDOS HUMANOS PARA USO TERAPEUTICO.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2015	17 DE MARÇO DE 2015	DISPOE SOBRE OS PROCEDIMENTOS, NORMAS E DIRETRIZES DO SISTEMA NACIONAL DE HEMOVIGILANCIA CITADOS NA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA Nº 34, DE 11 DE JUNHO DE 2014, QUE DISPOE SOBRE AS BOAS PRATICAS NO CICLO DE SANGUE.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2016	17 DE MARÇO DE 2016	DISPOE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA VIGENCIA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
RDC Nº 11/2012	16 DE FEVEREIRO DE 2012	DISPOE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE LABORATORIOS ANALITICOS QUE REALIZAM ANALISES EM PRODUTOS SUJEITOS À VIGILANCIA SANITARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
RDC Nº 10/2013	06 DE MARÇO DE 2013	DISPOE SOBRE A IMPORTAÇÃO DE AMOSTRAS E KITS DE COLETA DE AMOSTRAS SUJEITAS AO REGIME DE VIGILANCIA SANITARIA DESTINADOS A TESTES DE CONTROLE DE DOPAGEM.
RDC Nº 20/2014	10 DE ABRIL DE 2014	DISPOE SOBRE REGULAMENTO SANITÁRIO PARA O TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO HUMANO.
RDC Nº 58/2016	30 DE JANEIRO DE 2016	ALTERA A RESOLUÇÃO – RDC N.º 302, DE 13 DE OUTUBRO DE 2005, QUE DISPOE SOBRE REGULAMENTO TECNICO PARA FUNCIONAMENTO DE LABORATORIOS CLINICOS.

ACADEMIA DE SAUDE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 2681/2013	07 DE NOVEMBRO DE 2013	REDEFINE O PROGRAMA ACADEMIA DA SAUDE NO AMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE (SUS).
PORTARIA Nº 1707/2016	23 DE SETEMBRO DE 2016	REDEFINE AS REGRAS E OS CRITERIOS REFERENTES AOS INCENTIVOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE POLOS: UNIFICA O REPASSE DO INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO POR MEIO DO PISO VARIÁVEL DA ATENÇÃO BÁSICA (PAB VARIÁVEL); E REDEFINE OS CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE ENTRE PROGRAMAS EM DESENVOLVIMENTO NO DISTRITO FEDERAL E NOS MUNICIPIOS E O PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE.

TERAPIA ANTINEOPLÁSTICA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 220/2004	19 DE FEVEREIRO DE 2002	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE TERAPIA ANTINEOPLÁSTICA

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

UBS - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 725/2014	02 DE MAIO DE 2014	ALTERA AS PORTARIAS Nº 339/GM/MS E Nº 341/GM/MS, DE 4 DE MARÇO DE 2013, QUE REDEFINEM OS COMPONENTES AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE; POSSIBILITA NOVA CONTEMPLAÇÃO, COM RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES, À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) JÁ CONTEMPLADAS EM ANOS ANTERIORES COM OBJETOS - AMPLIAÇÃO OU REFORMA - DO PROGRAMA REQUALIFICA, E SUBSTITUI O ANEXO I DA PORTARIA Nº 340/GM/MS, DE 4 DE MARÇO DE 2013, QUE REDEFINE O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.
PORTARIA Nº 2436/2017	21 DE SETEMBRO DE 2017	APROVA A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, ESTABELECE A REVISÃO DE DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

UBS - PONTO DE APOIO		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 740/2018	27 DE MARÇO DE 2018	ALTERA A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 6/GM/MS, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, PARA DISPOR SOBRE O FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE PONTO DE APOIO PARA ATENDIMENTO.

SAMU/ URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA Nº 2048/2002	05 E NOVEMBRO DE 2002	LEGISLAÇÃO BÁSICA DO SAMU
PROGRAMA ARQUITETÔNICO MÍNIMO BASE DESCENTRALIZADA SAMU	2018	PROGRAMA ARQUITETÔNICO MÍNIMO BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU - VERSÃO 2.0/2018
PORTARIA Nº 2971/2008	08 DE DEZEMBRO DE 2008	INSTITUI O VEÍCULO MOTOCICLETA - MOTOLÂNCIA COMO INTEGRANTE DA FROTA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA EM TODA A REDE SAMU 192 E DEFINE CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA SUA UTILIZAÇÃO.

ACREDITAÇÃO		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 93/2006	19 DE FEVEREIRO DE 2002	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE TERAPIA ANTINEOPLÁSTICA



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

HEMOTERAPIA, CÉLULAS, TECIDOS E ÓRGÃOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 101/2006	06 DE JUNHO DE 2006	DISPÕE SOBRE OS O AMBIENTE FÍSICO, OS RECURSOS MATERIAIS, AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS DIRETAMENTE AO CICLO DO TRANSPLANTE DE CELULAS, TECIDOS E ORGAOS.
PORTARIA Nº 158/2016	04 DE FEVEREIRO DE 2016	REDEFINE O REGULAMENTO TÉCNICO DE PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS.
RDC Nº 20/2014	10 DE ABRIL DE 2014	DISPOE SOBRE REGULAMENTO SANITÁRIO PARA O TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO HUMANO.
RDC Nº 30/2014	23 DE MAIO DE 2014.	ALTERA A RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 20, DE 10 DE ABRIL DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE REGULAMENTO SANITÁRIO PARA O TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO HUMANO.
RDC Nº 151/2001	21 DE AGOSTO DE 2001	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE NÍVEIS DE COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA
LEI 10.205/2001	21 DE MARÇO DE 2001	REGULAMENTA O § 4º DO ART. 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO À COLETA, PROCESSAMENTO, ESTOCAGEM, DISTRIBUIÇÃO E APLICAÇÃO DO SANGUE, SEUS COMPONENTES E DERIVADOS, ESTABELECE O ORDENAMENTO INSTITUCIONAL INDISPENSÁVEL À EXECUÇÃO ADEQUADA DESSAS ATIVIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 23/2011	27 DE MAIO DE 2011	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O FUNCIONAMENTO DOS BANCOS DE CÉLULA E TECIDOS GERMINATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 72/2016	30 DE MARÇO DE 2016	ALTERA A RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC N.º 23, DE 27 DE MAIO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O FUNCIONAMENTO DOS BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS GERMINATIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 34/2014	11 DE JUNHO DE 2014	DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS NO CICLO DE SANGUE.
RDC Nº 75/2016	2 DE MAIO DE 2016	ALTERA A RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 34, DE 11 DE JUNHO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS NO CICLO DE SANGUE.
RDC Nº 55/2015	11 DE DEZEMBRO DE 2015	DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS EM TECIDOS HUMANOS PARA USO TERAPÊUTICO.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2015	17 DE MARÇO DE 2015	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS, NORMAS E DIRETRIZES DO SISTEMA NACIONAL DE HEMOVIGILÂNCIA CITADOS NA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA Nº 34, DE 11 DE JUNHO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS BOAS PRÁTICAS NO CICLO DE SANGUE.
RDC Nº 29/2008	12 DE MAIO DE 2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O CADASTRAMENTO NACIONAL DOS BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS GERMINATIVOS (BCTG) E O ENVIO DA INFORMAÇÃO DE PRODUÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS PRODUZIDOS POR FERTILIZAÇÃO IN VITRO E NÃO UTILIZADOS NO RESPECTIVO PROCEDIMENTO.
RDC Nº 32/2012	12 DE MAIO DE 2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O CADASTRAMENTO NACIONAL DOS BANCOS DE CÉLULAS E TECIDOS GERMINATIVOS (BCTG) E O ENVIO DA INFORMAÇÃO DE PRODUÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS PRODUZIDOS POR FERTILIZAÇÃO IN VITRO E NÃO UTILIZADOS NO RESPECTIVO PROCEDIMENTO.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

SERVIÇOS DE DIÁLISE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 11/2014	13 DE MARÇO DE 2014	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE DIÁLISE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 36/2014	16 DE JUNHO DE 2014	ALTERA A RESOLUÇÃO - RDC Nº 11, DE 13 DE MARÇO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE DIÁLISE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RDC Nº 312/2005	24 DE OUTUBRO DE 2005	REVOGA A RESOLUÇÃO - RDC Nº 35, DE 12 DE MARÇO DE 2001.
RDC Nº 163/2017	14 DE JUNHO DE 2017	ALTERA A RESOLUÇÃO DA SIRETORIA COLEGIADA RDC N.º 11, DE 13 DE MARÇO DE 2014.

SERVIÇO HOSPITALAR DE REFERÊNCIA PARA PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL E DROGAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
LEI Nº 10216/2001	6 DE ABRIL DE 2001	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E REDIRECIONA O MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL.
LEI Nº 13840/2019	5 DE JUNHO DE 2019	ALTERA AS LEIS Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986, 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995, 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997, 8.981, DE 20 DE JANEIRO DE 1995, 8.315, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, 8.706, DE 14 DE SETEMBRO DE 1993, 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, OS DECRETOS-LEI Nº 4.048, DE 22 DE JANEIRO DE 1942, 8.621, DE 10 DE JANEIRO DE 1946, E 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, PARA DISPOR SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS E AS CONDIÇÕES DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS E PARA TRATAR DO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS.
PORTARIA Nº 148/2012	31 DE JANEIRO DE 2012	DEFINE AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO E HABILITAÇÃO DO SERVIÇO HOSPITALAR DE REFERÊNCIA PARA ATENÇÃO A PESSOAS COM SOFRIMENTO OU TRANSTORNO MENTAL E COM NECESSIDADES DE SAÚDE DECORRENTES DO USO DE ALCOÓL, CRACK E OUTRAS DROGAS, DO COMPONENTE HOSPITALAR DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E INSTITUI INCENTIVOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO E DE CUSTEIO.

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA GM Nº 336/2002	19 DE FEVEREIRO DE 2002	ESTABELECEM QUE OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PODERÃO CONSTITUIR-SE NAS SEGUINTESS MODALIDADES DE SERVIÇOS: CAPS I, CAPS II E CAPS III, DEFINIDOS POR ORDEM CRESCENTE DE PORTE/COMPLEXIDADE E ABRANGÊNCIA POPULACIONAL.

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

SERVIÇOS DE RADIAÇÃO IONIZANTE		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 002/2014 – GGTES/GGTPS/ANVISA	02 DE JULHO DE 2014	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A VISUALIZAÇÃO, REGISTRO, ARMAZENAMENTO E IMPRESSÃO DE IMAGENS MÉDICAS PARA FINS DE DIAGNÓSTICO.
PORTARIA Nº 453/1998	1 DE JUNHO DE 1998	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA EM RADIODIAGNÓSTICO MÉDICO E ODONTOLÓGICO, DISPÕE SOBRE O USO DOS RAIOS-X DIAGNÓSTICOS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PORTARIA Nº 2898/2013	28 DE NOVEMBRO DE 2013	ATUALIZA O PROGRAMA NACIONAL DE QUALIDADE EM MAMOGRAFIA (PNQM).
RDC Nº 20/2006	2 DE FEVEREIRO DE 2006	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA, VISANDO A DEFESA DA SAÚDE DOS PACIENTES, DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS E DO PÚBLICO EM GERAL.
RDC Nº 38/2008	4 DE JUNHO DE 2008	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS DE MEDICINA NUCLEAR "IN VIVO".
RDC Nº 50/2002	02 DE FEVEREIRO DE 2002	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO, ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS FÍSICOS DE ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE.
RDC Nº 63/2011	25 DE NOVEMBRO DE 2011.	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS DE BOAS PRÁTICAS DE FUNCIONAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE.

ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE À SAÚDE		
TRASLADO DE CORPOS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 33/2011	8 DE JULHO DE 2011	DISPÕE SOBRE O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO TRASLADO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS.
LEI Nº 14.970/2004	06 DE OUTUBRO DE 2004.	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS CONCERNENTES A TRASLADOS DE CORPOS.

FUNERÁRIAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA N.º 456/95 - SES/GO	10 DE JUNHO DE 1995	NORMA TÉCNICA RELATIVA AO SANEAMENTO E AO MEIO AMBIENTE
RDC Nº 33/2011	8 DE JULHO DE 2011	DISPÕE SOBRE O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO TRASLADO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS.
PORTARIA N.º 825/95 - SES/GO	18 DE AGOSTO DE 1995	NORMA TÉCNICA SOBRE NECROTÉRIOS E LOCAIS PARA ESTUDO DE ANATOMIA HUMANA, INUMAÇÃO, EXUMAÇÃO, TRANSLADAÇÃO, CREMAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECONSTITUIÇÃO DE CADÁVERES



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS - ILPI		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
LEI Nº 10741/2003	1º DE OUTUBRO DE 2003.	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI Nº 20.398/2019	18 DE JANEIRO DE 2019	OBRIga OS ASILOS, CASAS DE REPOUSO E SIMILARES A MANTER SISTEMA PERMANENTE DE VIDEOMONITORAMENTO.
RDC Nº 283/2005	26 DE SETEMBRO DE 2005	REGULAMENTO TÉCNICO QUE DEFINE NORMAS DE FUNCIONAMENTO PARA AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS, DE CARÁTER RESIDENCIAL.
RDC Nº 216/2004	15 DE SETEMBRO DE 2004	DISPÕE SOBRE REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO.
RDC Nº 222/2018	28 DE MARÇO DE 2018.	REGIULAMENTA AS BOAS PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CRECHES		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
PORTARIA FEDERAL Nº 321/1988	26 DE MAIO DE 1988	APROVA AS NORMAS E OS PADRÕES MÍNIMOS, QUE COM ESTA BAIXAM, DESTINADOS A DISCIPLINAR A CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE CRECHES, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

COMUNIDADE TERAPÊUTICA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 29/2011	30 DE JUNHO DE 2011	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS DE SEGURANÇA SANITÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES QUE PRESTEM SERVIÇOS DE ATENÇÃO A PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO, ABUSO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.

MANEJO DE PRAGAS URBANAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RDC Nº 52/2009	22 DE OUTUBRO DE 2009	DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLINICAS VETERINÁRIAS/ PET SHOP		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
RESOLUÇÃO 1275/2019 - CFMV	25 DE JUNHO DE 2019	CONCEITUA E ESTABELECE CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS MÉDICO-VETERINÁRIOS DE ATENDIMENTO A ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO DE PEQUENO PORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS - CPA

*OBSERVAÇÃO: DEVEM SER SEMPRE CONSIDERADAS AS ÚLTIMAS EDIÇÕES OU SUBSTITUTIVAS DE TODAS AS LEGISLAÇÕES OU NORMAS UTILIZADAS OU CITADAS NESTE DOCUMENTO.

ESTUDIOS DE TATUAGEM, PIERGING E MAQUIAGEM DEFINITIVA		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
MANUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES - SUVISA/GO		MANUAL DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE INFECÇÕES - SERVIÇOS DE MAQUIAGEM DEFINITIVA, TATUAGEM E PIERCING
REFERÊNCIA TÉCNICA PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE TATUAGEM E PIERCING - ANVISA	DEZEMBRO DE 2009	REFERÊNCIA TÉCNICA PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE TATUAGEM E PIERCING

ÓTICAS		
LEGISLAÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO
DECRETO - LEI FEDERAL Nº 20931/1932	11 DE JANEIRO DE 1932	REGULA E FISCALIZA O EXERCÍCIO DA MEDICINA, DA ODONTOLOGIA, DA MEDICINA VETERINÁRIA E DAS PROFISSÕES DE FARMACÊUTICO, PARTEIRA E ENFERMEIRA, NO BRASIL, E ESTABELECE PENAS
DECRETO - LEI FEDERAL Nº 24492/1934	28 DE JUNHO DE 1934	BAIXA INSTRUÇÕES SOBRE O DECRETO N. 20.931, DE 11 DE JANEIRO DE 1932, NA PARTE RELATIVA À VENDA DE LENTES DE GRAUS
DECRETO - LEI FEDERAL Nº 8345/1945	10 DE DEZEMBRO DE 1945	DISPÕE SOBRE HABILITAÇÃO PARA EXERCÍCIO PROFISSIONAL.
PORTARIA 86/1958	28 DE JUNHO DE 1958	NORMAS PARA O EXERCÍCIO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL DAS PROFISSÕES DE ÓTICO - PRÁTICO E ÓTICO - PRÁTICO EM LENTES DE CONTACTO.
DECRETO Nº 77052/1976	19 DE JANEIRO DE 1976	DISPÕE SOBRE A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DAS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DE PROFISSÕES E OCUPAÇÕES TÉCNICAS E AUXILIARES, RELACIONADAS DIRETAMENTE COM A SAÚDE.